

**Objetivo 0987: Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.**

As comunidades quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, as tradições e práticas culturais próprias, dotados de relações territoriais específicas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Tal procedimento, a partir do Decreto 4883/03, foi transferido do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra, que criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. Os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum ao Poder Federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária.

Segundo o Cadastro da Fundação Cultural Palmares, atualmente existem comunidades remanescentes de quilombos certificadas em todas as unidades da Federação, com exceção dos Estados do Acre e Roraima. Dessa forma, as demandas de atendimento desta política se estendem pela quase totalidade do território nacional.

A Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas (RFCQ) está inserida na política pública de ordenamento da estrutura fundiária do território brasileiro, tendo como função principal promover a democratização do acesso à terra e a segurança jurídica das comunidades. Relaciona-se, também, com o resgate da dívida social e histórica para com a população quilombola, a preservação da diversidade socioambiental e das manifestações culturais.

Neste sentido, a RFCQ está diretamente relacionada aos valores de justiça social, de sustentabilidade e de diversidade cultural e identidade étnica nacional. Para além disso, está em profunda sintonia com o eixo estratégico do Plano Plurianual 2016-2019 de *Inclusão social para além da renda, com melhor distribuição das oportunidades de acesso a bens e serviços públicos com foco na qualidade*. O acesso ao território é condição básica para a melhoria das condições de vida da população quilombola, na medida em que é a porta de entrada para o acesso às outras políticas públicas. No novo ciclo do Governo Federal, cuja ideia-força é *Brasil, Pátria Educadora*, ganha força a educação quilombola, determinada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. A garantia do direito ao território representa a consolidação de concepções e práticas pedagógicas próprias, as quais a sociedade e o Estado brasileiros devem reconhecer como parte integrante do patrimônio cultural nacional.